

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 010/2022

Processo nº 85/2022-COMPRAS.GOV-CEHOP
Parecer Jurídico nº 3381/2022 – PGE
Parecer Jurídico nº 3927/2022 - PGE

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE
O ESTADO DE SERGIPE, POR SUA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO
TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
– SEJUC E A COMPANHIA ESTADUAL DE
HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP,
VINCULADA A SECRETARIA DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS,
CONFORME SE LÊ.**

O ESTADO DE SERGIPE, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SEJUC**, pessoa jurídica de direito público, órgão integrante da Administração Direta, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 34.841.226/0001-37, com sede na Rua Antônio de Andrade, nº 981, no Bairro Coroa do Meio, nesta capital, doravante denominada de **1ª PARTÍCIPE**, neste ato representada pelo seu Secretário **CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia, portador do RG nº 1.012.880 - SSP/SE e CPF nº 931.786.035/49, residente e domiciliado à Av. Melício Machado, nº 3.548, Casa 02, Bairro Atalaia, em Aracaju/SE, e a **COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**, pessoa jurídica de direito privado, integrante da administração pública indireta do Estado de Sergipe, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano, portadora do CNPJ Nº 13.006.572/0001-20, com sede à Av. Adélia Franco, nº 3.035, nesta Capital, doravante denominada de **2ª PARTÍCIPE**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 1.359.779-59, SSP/BA e CPF nº 095.317.265-15, residente e domiciliado à Av. Pedro Valadares, 650 – Aptº 103, Bairro

Grageru, Aracaju/SE, e pelo Diretor Técnico, o Sr. **TOSCANINI BRANDÃO FRANÇA FILHO**, brasileiro, Engenheiro Civil, portador do CPF n.º 936.155.125-34, RG n.º 354.691, SSP/SE, residente e domiciliado à Rua Carlos Gomes n.º 115 – Bairro Inácio Barbosa, CEP: 49040-080, Aracaju/SE, celebram o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, de acordo, no que couber, com a Instrução Normativa n.º 003/CGE/2013, de 10 de maio de 2013 e suas alterações subsequentes, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e demais normas que regulam a espécie, bem como nas ações contidas no Plano de Trabalho, previamente aprovado, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a transferência de competência administrativa para realização de licitação, fiscalização e gerenciamento do contrato referente aos serviços de Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de Souza - PREMABAS, em Tobias Barreto/SE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1 – O detalhamento do objeto, o cronograma de execução, as metas, as etapas, os serviços e as ações deste Termo de Cooperação Técnica estão descritos no Plano de Trabalho e dos respectivos Projetos Técnicos, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento.

2.2 – A 1ª partícipe deverá comprovar que os recursos próprios para executar as ações e serviços do Plano de Trabalho deste Termo de Cooperação Técnica estão devidamente reservados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS DOS PARTICÍPES

3.1. Os partícipes comprometem-se, reciprocamente, visando aos objetivos do presente Termo de Cooperação Técnica, no âmbito de suas atribuições, a atuar em parceria na implementação das seguintes ações:

- a. Intercambiar informações, documentos e apoio técnico-institucionais necessários à consecução da finalidade deste instrumento;
- b. atuar em parceria no planejamento, implantação, execução, acompanhamento e avaliação da ação objeto do presente Termo, propondo a qualquer tempo reformulações, readequações e flexibilizações que entenderem cabíveis;
- c. fornecer, quando solicitados pelos partícipes, os documentos e informações julgados pertinentes à consecução do objeto do presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS PARTÍCIPE

4.1. São atribuições da SEJUC:

- a. Homologar processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 21.06.1993;
- b. arcar com recursos orçamentários e financeiros;
- c. contratar com a Empresa vencedora do processo licitatório, com licitação realizada pela entidade COOPERANTE/CEHOP;
- d. empenhar as despesas decorrentes do contrato celebrado, dentro de cada exercício financeiro, de acordo com o cronograma de desembolso respectivo;
- e. assegurar recursos orçamentários nos exercícios seguintes ao da contratação para garantir a continuidade dos serviços objeto deste Termo, no caso em que a execução ultrapasse em ou mais exercícios financeiros;
- f. colocar um veículo, com motorista diariamente para deslocamento dos técnicos da CEHOP que irão fiscalizar os serviços. As despesas para manutenção do veículo correrão por conta da SEJUC;
- g. responsabilizar-se-á pelas publicações legais do Processo Licitatório; h. responsabilizar-se-á pela publicação do extrato do contrato administrativo no Diário Oficial do Estado, encaminhando cópia a entidade COOPERANTE/CEHOP; i. efetuar os pagamentos à empresa contratada, devidamente executados e atestados pelo responsável técnico da entidade COOPERANTE/CEHOP;
- j. autorizar os acréscimos e/ou supressões nos valores e prazos das obras e/ou serviços,

mediante assinatura de Termo Aditivo ao contrato, ouvindo a entidade COOPERANTE/CEHOP sobre o montante a ser acrescido ou suprimido;

I. comunicar à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe a celebração do Termo de Cooperação Técnica, após a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

4.2. São atribuições da CEHOP:

a. Elaborar, julgar e adjudicar, nos termos da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações posteriores, o processo licitatório, especificações dos serviços, orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos e minuta do contrato para execução dos serviços objeto deste Termo;

b. fiscalizar a execução dos serviços, indicando profissional habilitado que será responsável pela declaração de que os serviços foram realizados, nos boletins de medição, atestando na folha de rosto das notas fiscais, que os serviços foram executados, para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS

5.1. As despesas decorrentes das obrigações aqui assumidas não envolvem transferência de recursos financeiros entre os Cooperantes;

5.2. Para fins de registro no processo licitatório, os recursos orçamentários para execução dos serviços ora pactuados, estão alocados no Orçamento do 1ª Partícipe/SEJUC, obedecendo a seguinte classificação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 21.101

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.421.0010

PROJETO/ATIVIDADE: 0366

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.00

FONTE(S) DE RECURSO(S): 0101000000

VALOR: R\$ 93.144,92 (noventa e três mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DAS INFORMAÇÕES

6.1. As informações entre os entes cooperados deverão ser protocoladas em cada órgão, assinadas por seu titular, fazendo parte integrante do processo, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1. Fica desde já pactuado entre os entes cooperados que qualquer orientação, ajuste ou alteração na execução do serviço, por iniciativa da 1ª Partícipe/SEJUC, sem a prévia e expressa concordância da 2ª Partícipe/CEHOP, ou mesmo alteração no Termo do Contrato, originalmente assinado pela 1ª Partícipe/SEJUC, exime a 2ª Partícipe/CEHOP das responsabilidades estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja anuência dos partícipes.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

9.1. O presente Termo pode ser denunciado a qualquer tempo, por mútuo consentimento dos Partícipes ou por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindindo a qualquer tempo em face de superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OMISSÕES

10.1. As questões decorrentes de lacunas, omissões, bem como as dúvidas suscitadas não previstas neste Termo serão resolvidas pelos Partícipes de comum acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 6 de 7

11.1. Estando justos e conforme, firmam, os entes Cooperados, o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, elegendo o Foro de Aracaju/SE, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Cooperação Técnica.

Aracaju, 21 de julho de 2022.

CRISTIANO BARRETO GUIMARAES
Secretário(a) de Estado

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Diretor(a) Presidente

Toscanini Filho
Diretor(a) Técnico

Wanessa Kelly Araujo de Oliveira Silva
Agente de Polícia Penal



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 7 de 7

Tharcia Moraes Bastos Braz da Silva
Chefe da Asplan

PLANO DE TRABALHO

Processo nº 85/2022-COMPRAS.GOV-CEHOP

Parecer Jurídico nº 3381/2022- PGE

Parecer Jurídico nº 3927/2022 - PGE

1ª PARTÍCIPE: Secretaria de Estado da Justiça do Trabalho e de Defesa do Consumidor – SEJUC.

2ª PARTÍCIPE: Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas – CEHOP.

OBJETO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: Transferência de competência administrativa para realização de licitação, fiscalização e gerenciamento do contrato referente aos serviços de Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de Souza – PREMABAS, em Tobias Barreto/SE.

Valor dos recursos aplicados no objeto: R\$ 93.144,92 (noventa e três mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Etapas ou Fases de Execução:

1 - DADOS DA SEJUC

Órgão/Instituição/1ª Partícipe		CPF
Secretaria de Estado da Justiça do Trabalho e Defesa do Consumidor - SEJUC		34.841.226/0001-37
Endereço		
Rua Antônio de Andrade , nº 981		
Cidade/UF Aracaju/SE	CEP 49035-050	Telefone (79)3225-6000

Nome do Responsável pela Instituição Cristiano Barreto Guimarães		CPF 931.786.035-49
RG/Órgão Expedidor 1.012.880 - SSP/SE	Cargo Secretário de Estado	Matricula
Endereço Av. Melício Machado, nº 3.548 – Casa 02 Bairro Atalaia, em Aracaju/SE		CEP 49000-000

2 – DADOS DO PARTÍCIPE

Órgão/Instituição/2ª Partícipe		CPF
Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP		13.006.572/0001-20
Endereço Av. Adélia Franco, 3.035 – Bairro Grageru		
Cidade/UF Aracaju/SE	CEP 49027-010	Telefone (79) 3218-4000/4019
Nome do Responsável pela Instituição Antônio Carlos dos Santos		CPF 095.317.265-15
RG/Órgão Expedidor 1.359.779-59 SSP/BA	Cargo Diretor Presidente	Matrícula
Endereço Av. Pedro Valadares, 650 – Aptº 103, Bairro Jardins Aracaju/SE		CEP

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de Souza - PREMABAS, em Tobias Barreto/SE.	Início 2022	Término 2023
Identificação do Objeto		
Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de		

Souza - PREMABAS, em Tobias Barreto/SE.

Justificativa da Proposição

A Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor necessita da Cooperação Técnica da CEHOP para licitação, acompanhamento do contrato e fiscalização dos Serviços de Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de Souza - PREMABAS, em Tobias Barreto/SE, visando a melhoria e modernização Sistema Penitenciário do Estado de Sergipe. Base Legal: O Termo de Cooperação Técnica a ser firmado atende aos dispositivos da Instrução Normativa nº 003/CGE/2013, de 10 de maio de 2013 e da Lei n. 8.666, de 21.06.1993.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (AÇÃO, ETAPA OU FASE E META)

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1		ADEQUAÇÃO DOS ALOJAMEN. E REFEITÓRIO DOS AGENTES DO PRESÍDIO JUIZ MANOEL BARBOSA DE SOUZA – PREMABAS – EM TOBIAS BARRETO/SE.		1	2022	2023
	01	Serviços Gerais do Empreendimento		1	2022	2023
	01.01	Administração Local		1	2022	2023
	01.02	Canteiro de Obras		1	2022	2023
	01.03	Implantação do Canteiro		1	2022	2023
	01.04	Mobilização e Desmobilização		1	2022	2023
	01.04.1	Mobilização		1	2022	2023
	01.04.2	Desmobilização		1	2022	2023
	01.04	Implantação do Canteiro		1	2022	2023
	01.05	Projetos		1	2022	2023
	01.06	Frete		1	2022	2023
	01.06.1	Frete Areias (Médias e Grossa) -		1	2022	2023



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página:4 de 5

		(DMT= 81,9 km – Local: Campo do Brito/SE)				
	01.06.2	Frete das Britas Nº 1, 2 – (DMT - 45,2 KM – Local: Tomar do Geru/SE)		1	2022	2023
	01.06.3	Frete da Pedra de Mão – (DMT - 77,8 KM – Local: Simão Dias/SE)		1	2022	2023
	02	Adequação dos Alojamentos e Refeitório		1	2022	2023
	02.01	Serviços Preliminares		1	2022	2023
	02.02	Pavimentação		1	2022	2023
	02.03	Pintura		1	2022	2023
	02.04	Esquadrias		1	2022	2023
	02.05	Instalações Hidro-Sanitárias		1	2022	2023
	02.06	Instalações Elétricas		1	2022	2023
	02.07	Ar Condicionado		1	2022	2023
	02.08	Cobertura		1	2022	2023
	02.09	Casa de Gás		1	2022	2023
	02.10	Outros		1	2022	2023

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	1º Partícipe	2º Partícipe
Código	Especificação			
-	-	-	-	-
Total Geral		R\$ 93.144,92	R\$ 93.144,92	-

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00) 1ª PARTÍCIPE – SEJUC

Os recursos serão pagos pela 1ª Partícipe/SEJUC à Empresa Contratada para execução dos serviços mediante apresentação das medições e de suas respectivas notas fiscais emitidas em nome da 1ª Partícipe/SEJUC e devidamente atestadas pela 2ª Partícipe/CEHOP.

7 – DECLARAÇÃO DA CEHOP

Na qualidade de representante legal do 2º partícipe, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor, para os efeitos e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que inexistem mora ou débito junto a qualquer órgão ou instituição da Administração Pública Estadual direta ou indireta que impeça a aprovação deste Plano de Trabalho.

Aracaju, 28 de julho de 2022



ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Diretor(a) Presidente

8 – APROVAÇÃO PELA SEJUC

Aprovado.



CRISTIANO BARRETO GUIMARAES
Secretário(a) de Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

RECORTE DE PUBLICAÇÃO

segunda-feira, 01 de Agosto de 2022 Aracaju - Sergipe

Diário Oficial

Nº 28.960

22

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 010/2022
Extrato de Publicação

Proc. 85/2022-COMPRAS.GOV-CEHOP

Parecer Jurídico nº 3381/2022 - PGE

Parecer Jurídico nº 3927/2022 - PGE

Participes: Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa do Consumidor - SEJUC e a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP.

Objeto: Transferência de competência administrativa para realização de licitação, fiscalização e gerenciamento do contrato referente aos serviços de e Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de Souza - PREMABAS, em Tobias Barreto/SE.

Vigência: De 28/07/2022 a 28/07/2023.

Prazo: 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 28/07/2022.

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa do Consumidor

JUSTIFICATIVA

Trata-se os presentes autos de Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, que tem por objeto a Adequação dos Alojamentos e Refeitório dos Agentes do Presídio Juiz Manoel Barbosa de Souza - PREMABAS, em Tobias Barreto/SE, a fim de melhorar e modernizar o Sistema Penitenciário do Estado de Sergipe. A demanda é decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta nº 26/2022 (segue anexo), firmado com o Ministério Público do Trabalho.

Assim, visando efetivar os serviços, a SEJUC necessita da Cooperação Técnica da CEHOP, para licitação, acompanhamento do contrato e fiscalização dos serviços.

Ressalto ainda, que a fim de verificar a viabilidade técnica e econômica do ajuste foi acostado aos autos o Projeto (documentação técnica), conforme fls. 04-29, a estimativa do Impacto Financeiro-orçamentário, fls. 32-37, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART OBRA/SERVIÇO Nº SE20220270449 fls. 39 e Espelho de Licitação fls. 40.

O Termo de Cooperação Técnica a ser firmado tem fundamento na Instrução Normativa nº 003/CGE/2013, de 10 de maio de 2013 e na Lei n. 8.666, de 21.06.1993.

Data da Assinatura: 28/07/2022

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa do Consumidor